

Construção De Metodologias Participativas Com Populações Quilombolas: Formação Política E Geração De Trabalho E Renda

Sistematização de processos de investigação – ação e/ou de intervenção Social.

GT número 18 Reestruturação produtiva, trabalho e dominação social

. Carlos Roberto Horta
NESTH/UFMG, Departamento de Ciência Política da UFMG

Resumo:

O objetivo do trabalho é sistematizar e colocar em discussão as metodologias participativas desenvolvidas e em constante construção pela equipe do *Núcleo de Estudos Sobre o Trabalho Humano da Universidade Federal de Minas Gerais (NESTH/UFMG)*. É importante observar que se trata de projetos ainda em execução, nos quais as metodologias que são criadas, testadas e trazem novas informações a cada passo. Assim, alguns dos registros que serão apresentados no trabalho estão sujeitos a serem modificados no futuro, segundo as novidades que possam ser trazidas pelos trabalhos que o NESTH desenvolve em campo. A experiência veio com a execução de projetos de inclusão cidadã, experimentados também com populações garimpeiras, com o objetivo de desenvolver inclusão produtiva e geração de renda.

Palavras – chave: Metodologias participativas, Autossustentabilidade. Inclusão cidadã.

Construção de metodologias participativas com populações quilombolas: formação política e geração de trabalho e renda

Este trabalho procura registrar e colocar em discussão a construção de metodologias participativas pela equipe do *Núcleo de Estudos Sobre o Trabalho Humano da Universidade Federal de Minas Gerais (NESTH/UFMG)*. É importante observar que se trata de projetos ainda em execução, nos quais as metodologias que são criadas e provadas trazem novas informações a cada passo. Por esta razão, alguns dos registros que serão apresentados aqui estão sujeitos a serem modificados no futuro, segundo as novidades que possam eventualmente ser trazidas pelos trabalhos que o NESTH desenvolve em suas atividades de campo.

As políticas de inclusão produtiva que entraram no programa de diversos setores do poder governamental no Brasil, a partir da segunda metade dos anos 1990, procuraram responder, de início timidamente, aos processos de exclusão, perda de oportunidades de absorção pelo mercado de trabalho, desemprego, que decorriam da nova ordem econômica e de suas consequências sobre a sociedade. A economia solidária foi uma das alternativas, talvez a mais propalada entre as políticas de inclusão laboral e de geração de renda que o governo encontrou para reduzir o impacto destrutivo que as políticas monetaristas trouxeram para o trabalho da população.

Nessa área de atividades, geração de postos de trabalho, o Núcleo de Estudos Sobre o Trabalho Humano da Universidade Federal de Minas Gerais executou diversos projetos, mantendo sempre o olhar crítico, no questionamento às políticas de governo que geram postos de trabalho, mas não colocam os direitos dos trabalhadores, como o de se aposentarem, de terem férias e mesmo o descanso semanal remunerado. É desnecessário dizer que o adjetivo “humano” que integra o nome do núcleo implica, necessariamente, a observância do direito dos trabalhadores a terem direitos. Assim, é possível dizer que a economia solidária corre o risco de produzir ou naturalizar a precarização, o trabalho desprovido de direitos, uma vez que pode parecer um paliativo para o problema do desemprego, mas cria um problema social, a médio e longo prazo, configurando um dilema que tem repercussões concretas na vida da sociedade.

Diante disso, o NESTH procurou desenvolver, testar e aplicar técnicas que encaminhassem os grupos apoiados pelos projetos a uma construção de cooperativa que tivesse condições de se desenvolver e de permanecer no mercado, mas tendo a marca da formação cidadã, ou formação política, que propiciasse a autoconstrução enquanto sujeito político coletivo dessas comunidades em fronteira de exclusão. A discussão desses princípios e das técnicas de organização dos grupos fez com que o NESTH organizasse, em 2008, um seminário internacional sobre a construção de direitos dos trabalhadores da economia solidária.

Já a partir de 2004, o crescimento do número de projetos na área de políticas públicas levou o Núcleo a se estruturar mais na pesquisa e na extensão, para melhor desempenhar suas funções. O NESTH, que já havia se consolidado como núcleo de pesquisa, criou, em 2005, o Observatório do Trabalho da UFMG, para ser sua vertente mais conectada às atividades de pesquisa e, em 2006, para desenvolver projetos especificamente de geração de trabalho e renda e de inclusão cidadã, criou o Laboratório de Tecnologia Social. Funcionando como dois braços, ambos passariam a ter uma permanente interação, com vistas a produzir e a desenvolver métodos e a produzir conhecimento comprometido com a questão do trabalho e da cidadania.

No caso do Observatório, havia uma urgência, vinda da realidade de Minas Gerais, que é a maior província mineral do Brasil, e que tem a indústria da mineração entre as que mais provocam destruição, tanto ambiental quanto para a saúde dos seus trabalhadores e mesmo para a saúde da comunidade nos municípios em que as mineradoras atuam. Além disso, era preciso criar formas de organização, proteção dos trabalhadores e reconhecimento/formalização da pequena produção mineral informal, problema que atinge diversos países da América Latina.

Na área da indústria da mineração, o NESTH/Observatório do Trabalho desenvolveu alguns projetos inovadores, sempre contemplando os garimpeiros e demais trabalhadores do setor, que, normalmente, vivem em condições sub-humanas, enfrentando enormes desigualdades no campo da cidadania, violência sustentada por empresas que utilizam métodos ilícitos para disputar as áreas de garimpo, entre outros problemas.

Os trabalhos do NESTH nessa área tiveram início ainda em 1999, com a elaboração de projetos que vieram a se concretizar somente após 2003. É possível apontar entre os projetos ligados à vida dos trabalhadores do setor mineral, o Projeto COOPERMINAS, como inovador, uma vez que a aplicação de metodologias participativas trouxe para aqueles trabalhadores, em sete municípios do estado de Minas Gerais, melhores condições de se organizarem em associações e cooperativas e de interlocução com os poderes locais, além de maior presença junto a órgãos governamentais ligados ao setor mineral, como o Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM).

O projeto contou com a produção de conhecimento sobre as realidades específicas de garimpeiros e de trabalhadores da extração de rochas das localidades de Coronel Murta, Araçuaí, Itinga, Joaquim Felício, Mariana, Catas Altas da Noruega e São Tomé das Letras, processo sempre participativo e acompanhado pelos trabalhadores, seguido de reuniões com a participação dos prefeitos e outras referências de poder e influência local (vereadores, representantes de agências estaduais e federais ligadas ao setor mineral ou outros de procedência daqueles trabalhadores, grande parte dos quais se compõe de migrantes). Sobre esse projeto, foi produzido, além de relatórios, um filme disponibilizado no site do NESTH.

Outro projeto desenvolvido no setor mineral, um dos maiores projetos da experiência do NESTH, foi o Projeto “Implantação da Agenda 21 Mineral”, que trabalhou em seis municípios brasileiros: Tenente Ananias, no Rio Grande do Norte, Pimenta Bueno, em Rondônia, Campos Verdes, em Goiás, Vila Pavão, no Espírito Santo e, em Minas Gerais, os municípios de Coromandel e Nova Era. Em quatro desses municípios, o trabalho era ligado aos garimpeiros e, nos estados de Rondônia e Espírito Santo, o projeto se realizou com trabalhadores da extração de argila e de rochas decorativas. O trabalho se desenvolveu, primeiramente, com a produção de diagnósticos geológicos e, em seguida, com a elaboração de uma cartilha por município, com esclarecimentos mais básicos sobre a questão da mineração e seus impactos sociais e ambientais naquele município. Um terceiro momento do trabalho foi a construção de outro diagnóstico, mais completo, com a participação dos trabalhadores, contemplando, além da parte geológica, a questão econômica e socioambiental. O quarto momento do projeto foi o da construção do Fórum Agenda 21 Mineral, em cada um

dos seis municípios envolvidos, com representantes de todos os setores de alguma forma envolvidos com a mineração, incluindo representantes comunitários, associações, sindicatos, escolas e o poder público local. O quinto momento constou da capacitação desses fóruns locais, com a elaboração participativa de uma agenda que o fórum deveria cumprir.

Característica comum a todos esses trabalhos, a utilização de metodologias participativas ganhou mais consistência nas formas de desenvolver a construção de conhecimento das comunidades, dos grupos que eram identificados como destinatários de políticas específicas, na medida em que o conhecimento assim construído encontrava relação clara com o cotidiano dessas populações.

Nos últimos seis anos, projetos do NESTH passaram a incluir a questão sócio-ambiental enquanto decisiva e integrante da produção de políticas pelas comunidades que são trabalhadas com essas metodologias. Um dos projetos mais emblemáticos nessa área foi executado para a Prefeitura Municipal de Congonhas, MG, numa parceria que envolveu o NESTH e a Universidade Federal de São João Del Rei, através do seu Campus Alto Paraopeba. Trata-se da “Implantação do Observatório Sócio Ambiental de Congonhas”. Esse projeto seguiu etapas semelhantes àquelas desenvolvidas no Projeto Agenda 21 Mineral, com alguns aperfeiçoamentos no que toca aos processos de envolvimento da população e no maior alcance de meios de comunicação disponíveis. O objetivo maior foi voltado para a construção coparticipada de subjetividades políticas coletivas em um município seriamente impactado por atividades de mineração e de siderurgia crescentes (o município de Congonhas tem a perspectiva de dobrar o seu número de habitantes em 25 anos, devido ao processo de aceleração do desenvolvimento econômico). Com a institucionalização desse processo, apoiado em permanente monitoramento e renovação coparticipada de informações, o objetivo será dotar a população de um instrumento para sua proteção e seu desenvolvimento na construção da cidadania.

Dois outros projetos envolvem qualificação e formação cidadã relacionada com a questão ambiental: um deles se dirigiu aos trabalhadores da agricultura familiar no município de Betim, contemplando três assentamentos, e o outro vai capacitar para o trabalho em turismo um grupo de jovens quilombolas da região de Conceição do Mato Dentro, fortemente atingida pelas mineradoras. Essas comunidades quilombolas irão receber qualificação para a proteção ambiental e a autossustentabilidade, com o objetivo de fortalecimento de sua identidade e de sua subjetividade política, para a prática da cidadania, de forma integrada com a capacitação para geração de renda.

Trabalhar com as comunidades quilombolas, com os grupos de garimpeiros, com trabalhadores informais e com aqueles que não conseguem ser trabalhadores, os contingentes de excluídos, é algo que indica uma forte mudança em relação ao foco inicial do NESTH, que era ligado às análises do processo de trabalho na indústria, ao sindicalismo e à saúde do trabalhador. Na movimentação do foco de atenções e ações do grupo da UFMG, passar a trabalhar com as fronteiras da exclusão, principalmente em se tratando de um período de implantação de políticas neoliberais, aponta para uma identificação e envolvimento das opções teóricas e metodológicas com a efetiva história do cotidiano desses grupos.

A reestruturação produtiva, associada a um conjunto de políticas voltadas para a proteção do capital financeiro e de todo um conjunto de reformas neoliberais expõe, entre outras consequências a exclusão e a perda de qualidade de vida das classes trabalhadoras e de vários setores populares em geral.¹ Nesse contexto, a produção de políticas de inclusão, políticas de geração de trabalho (ainda que informal, como no caso da economia solidária) passa a se tornar mais acessível e a constituir metas que se concretizam em projetos e programas a serem executados.

As transformações ocorridas na economia, no contexto da hegemonia neoliberal, resultam em mudanças que teriam, então, levado o núcleo a acompanhar uma espécie de retrocesso na vida dos trabalhadores, envolvendo a sua qualidade de vida, as suas condições de conquistarem cidadania, renda digna, desenvolverem suas potencialidades e preservarem sua identidade, principalmente em se tratando de

¹ Ver: ANTUNES, Ricardo (org.) – *Riqueza e Miséria do Trabalho no Brasil* – São Paulo, Boitempo, 2006

trabalhadores e de populações tradicionais. Essa transformação no foco de atenção das ações do núcleo significou que, sem que ele deixasse de estar atento aos trabalhadores do setor formal e aos movimentos sindicais, as suas ações passavam a incluir necessariamente aqueles que não conseguiam ser trabalhadores. São setores que, certamente, vivem dificuldades de acesso a uma cidadania completa, considerando que ter os direitos da classe trabalhadora corresponde a ter um lugar de cidadão.

I. Aprendendo mais com os quilombolas

Os projetos quilombolas que o NESTH começou a desenvolver em 2007 construíram procedimentos metodológicos específicos junto a essas populações dos povoados resultantes de uma abolição incompleta da escravidão no Brasil. Como já foi dito antes, alguns pontos básicos dessas metodologias já haviam sido experimentados pelo núcleo, em projetos ligados a outras comunidades, como os povoados garimpeiros em Minas Gerais.

Nessa vertente metodológica, a preocupação maior tem sido a de aperfeiçoar e consolidar, sempre buscando a inovação, os processos que envolvem o comprometimento das populações na busca de enfrentar os seus próprios problemas.

De 436 comunidades afro-descendentes quilombolas, cadastradas pelo CEDEFES² em 2008 no estado de Minas Gerais, 228 se localizam nas regiões do Jequitinhonha e Norte de Minas. Muitas dessas comunidades têm a sua vida afetada pela migração sazonal, que significa a ida de grande quantidade de seus trabalhadores para trabalhar na agricultura em outras regiões, a partir do mês de maio, com regresso em outubro ou novembro. Ao procurar conhecer e acompanhar, com a utilização de diferentes instrumentos metodológicos e a participação de pessoas das comunidades quilombolas, a realidade dessas populações, o Observatório do Trabalho da UFMG teve a oportunidade de confirmar alguns indicadores que apontam decisivamente para a precarização que atinge, não apenas o trabalho e as relações de trabalho, mas se estende à qualidade e mesmo às condições de vida. Como se trata de um projeto de políticas públicas, que visa à participação da comunidade na construção do conhecimento de suas condições de existência, de suas vocações, projeções desejantes, possíveis construções de cadeias produtivas e formas de inclusão laboral, ao se focalizar a questão dos migrantes, não se discutem apenas os níveis de renda anteriores e posteriores à migração sazonal, mas também aspectos do capital humano e social, possíveis qualificações obtidas na experiência migratória, por exemplo, elementos que podem contribuir para consolidar tecnologias sociais de inclusão. Assim, a pesquisa obteve informações que revelaram um quadro de migrações sazonais que afeta decisivamente a vida das comunidades e a sua própria condição de construir sua subjetividade política coletiva, suas associações, interlocutores em igualdade de condições, do poder público, para garantirem a produção das políticas a que elas têm direito, por dispositivo constitucional referente às populações indígenas e quilombolas.

No caso da migração para o corte da cana e para a colheita do café, a análise das comunidades, voltada para as repercussões nessas áreas, procura identificar em que medida a migração representa um empobrecimento ou enriquecimento para as sociedades locais, experimentando aplicação e ajuste de metodologias e tecnologias de inclusão social. O que de fato se encontrou apresenta um panorama recorrente, na maioria das comunidades quilombolas daquelas regiões do estado: os métodos de imersão possibilitaram registrar uma significativa maioria de domicílios fechados entre os meses de maio e outubro/novembro, bem como significativa queda na qualidade de vida para os moradores que permanecem no local, na sua maioria, idosos, mulheres e crianças. A partir de junho, até ao final de outubro, observou-se que diminuiu sensivelmente o ritmo do trabalho de organização e consolidação de ações que exigem decisões, tanto da comunidade quanto das famílias, que evidenciam a ausência de seus homens em condições de trabalhar e de decidir. Em seis das quinze comunidades quilombolas do município de Chapada do Norte, por exemplo, foi necessário encaminhar para órgãos governamentais a demanda por cestas básicas, uma vez que havia sérios

² Centro de Documentação Elói Ferreira da Silva – www.cedefes.org.br.

problemas de segurança alimentar naquelas comunidades. Ficou claro, para a pesquisa, que a remessa de dinheiro para as famílias que permanecem na comunidade acontece de forma quase insignificante.

Entre os impactos mais visíveis das migrações, como já foi referido, existe alguma descontinuidade nesse processo de organização da comunidade para a defesa de seus interesses, com a ausência periódica de vários dos seus moradores, que lotam caminhões e ônibus, criando rotas clandestinas, utilizando veículos sem condições adequadas para transporte de passageiros, sobretudo a partir de maio e junho, com retorno de outubro a dezembro, na maioria dos casos.

Há outros problemas que resultam das migrações: no retorno dos trabalhadores, constam informações dos agentes de saúde, quando estes existem nas comunidades, com registro de alta incidência de doenças sexualmente transmissíveis, incluindo um alarmante índice de contaminação por HIV, em um dos povoados quilombolas do município de Chapada do Norte, na região do Jequitinhonha. Mas o principal impacto se associa a uma continuidade do processo de precarização e exclusão do trabalho e dos trabalhadores, que atinge de forma pesada as comunidades tradicionais (tanto quilombolas como indígenas), marcando uma sucessão de carências que tornam imprescindível a construção de tecnologias sociais de inclusão produtiva que tenham suficiente maleabilidade para se adequarem às características, às necessidades e aos desejos de cada comunidade.³ Para se construírem dentro dessas exigências, os procedimentos devem estar solidamente comprometidos com a construção participativa da subjetividade social para uma projeção emancipatória⁴. Elaboraões conceituais voltadas para uma autotransformação social participam desse processo e introduzem ações localizadas de inclusão universitária para os jovens quilombolas, além de encaminhar cursos de capacitação apoiados na identificação de demandas realizada pelo projeto. Com as ações em processamento há relativamente pouco tempo, é prematuro avaliar os resultados. Outro ponto que pesa nessa busca de uma observação mais segura é o caráter quase “piloto” desses projetos. As políticas públicas para essas populações ainda não se articulam em uma estratégia de totalidade, ao mesmo tempo em que a destinação de recursos para essas políticas não atende as efetivas necessidades geradas por um processo que discrimina há séculos as suas comunidades. Assim, um dos problemas que a efetivação dos processos de inclusão dessas populações passa a ser a descontinuidade, reforçada por questões de ordem cultural, pelas questões de obstáculos articulados com a política local e até pelas mudanças de prioridades em órgãos decisórios distantes do campo de trabalho. A experiência tem mostrado que uma forma de enfrentar esses dilemas passa pelo fortalecimento político das comunidades.

É compreensível que uma comunidade, seja de moradores de uma região ou de um extrato ocupacional caracterizado pela sazonalidade, tenha uma probabilidade maior de envolvimento e comprometimento na solução de seus problemas se tiver se envolvido na identificação e na discussão de alternativas sobre eles.

Nas comunidades quilombolas que foram trabalhadas pelo NESTH/UFMG, a utilização de metodologias participativas foi marca essencial da atuação do núcleo.

II. Construção de metodologias participativas: experiência e consolidação

A utilização e o aperfeiçoamento de metodologias participativas desenvolvidas pelo Laboratório de Tecnologia Social do NESTH, junto a comunidades garimpeiras, quilombolas e a populações urbanas de áreas afetadas pela mineração vem passando por novos experimentos, sempre associados aos elementos de realidade que surgem no decorrer dos projetos desenvolvidos junto a essas comunidades.

³ Ver: HORTA, Carlos R; COSTA, Cândida; ROLDAN, Martha – *Novas Formas de Exploração do Trabalho e Inflexões do Modelo de Desenvolvimento: Precarização do Trabalho e Migração no Século XXI* – pp 55 – 82, Revista Políticas Públicas, vol 11, n. 2, São Luís – Universidade Federal do Maranhão, 2007.

⁴ Ver. HERNANDEZ, Ovídio S. D’Angelo, *Autonomia Integradora y Transformación Social: el desafío ético emancipatorio de la complejidad* – La Habana – Publicaciones Acuario, 2005 p.109-110.

Neste relato de experiências, pretendemos descrever os processos de aplicação e implementação de metodologias apoiadas nos princípios da pesquisa-ação-participativa, que são utilizados também por outros grupos de pesquisadores, a exemplo do Centro de Investigaciones Psicológicas y Sociológicas de La Habana (CIPS) - órgão ligado ao Ministério da Ciência e Tecnologia de Cuba.

A experiência com metodologias participativas do NESTH avançou sensivelmente, a partir de 2007, quando tiveram início os projetos do núcleo com comunidades quilombolas. Esses projetos, na época contratados pelo governo estadual, possibilitaram a criação e aplicação de instrumentos metodológicos específicos, voltados para o estímulo à autoconstrução de uma subjetividade cidadã dessas comunidades.

A investigação-ação-participativa com essas comunidades partiu do conhecimento delas sobre a sua própria realidade, com vistas a que elas pudessem consolidar sua inclusão cidadã e ter influência efetiva e decisiva nas questões que dizem respeito a sua vida, sua identidade e seu território.

A partir do planejamento das ações do primeiro projeto, "Quilombolas de Minas Gerais: resgatando raízes", iniciado em 2007, as primeiras idas a campo sinalizaram rumo a uma construção multidisciplinar, participativa, no compromisso de que o trabalho da universidade pública fosse de fato útil para essa parcela do nosso povo, historicamente marginalizada. Buscou-se uma metodologia que, mais do que ser apenas um diagnóstico, pudesse estimular o desenvolvimento de subjetividades e espaços de participação comunitária para a transformação social.

É fundamental ressaltar que o objetivo estratégico da pesquisa-ação é contribuir para o desenvolvimento da subjetividade social (subjetividade cidadã, a necessária subjetividade política dos cidadãos em uma república) das comunidades, para que elas próprias possam resolver seus problemas e dar sustentabilidade às soluções obtidas. Subjetividade social, aqui, deve ser entendida como “processo que estabelece pautas, modula e reordena a ação individual, grupal, como também nas diferentes escalas em que se realiza o social. Isto enfatiza as possibilidades de pensar os sujeitos em diferentes níveis do social-individual, grupal, intergrupal, organizacional, interorganizacional, etc, - como atores com capacidade de ser agentes de mudança e não meros reservatórios que interiorizam a partir de uma noção de reflexo o contexto onde se realizam.”⁵

O trabalho se orientou pela construção dos seguintes instrumentos:

1º – Entrevista qualitativa embasada na tradição oral. Imersão no campo e aproximação com a comunidade. “Assuntar”. “Café com prosa”, “escuta à beira do fogão de lenha.”

A abordagem antropológica exerce um papel fundamental, sempre que qualquer trabalho envolva um universo com características particulares, e a antropologia desenvolveu toda uma metodologia para tratamento do outro, do diferente. Não cabe estabelecer uma longa digressão sobre a metodologia antropológica, mas apontar o que é relevante para o universo em questão. Trata-se de dar visibilidade a uma realidade, pois, até a década de 1970, não era vista a existência de uma territorialidade negra. Para garantia dessa visibilidade, a Constituição de 1988, em seu Artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, trata de reconhecer o direito à terra aos grupos negros, considerados remanescentes de quilombos. Coube à antropologia elaborar toda uma discussão teórica pautada na noção de grupos étnicos e de identidade étnica, para o artigo ser ampliado, não permanecendo apenas a visão histórica que remetia a uma idéia de quilombo não mais correspondente à realidade existente. Essas características continuam em jogo, quando se trata de estabelecer políticas públicas para as comunidades quilombolas.

Daí a necessidade desse instrumento, para que essas políticas públicas não sejam tratadas e trabalhadas numa perspectiva genérica, como muitas vezes acontece com as políticas públicas. Isto, porque, se as comunidades que a partir do Decreto 4887, de 20/11/2003, têm o seu direito garantido segundo critérios

⁵ RODRIGUEZ, Carmen Lili; CARRAL, Roberto; RODRIGUEZ-MENA, Mario: *Apuntes para El estudio de La subjetividad em El Ambito Laboral: Cuadernos Del CIPS/2009 – Experiências de Investigación Social em Cuba*, Centro Felix Varela, Publicaciones Acuario, La Habana, 2010, PP. 56-57.

de auto atribuição, em realidade, apenas terão a propriedade, após um longo processo, durante o qual essas comunidades deverão ser visualizadas como grupos étnicos, (...) “com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida” (Art. 3º da Instrução Normativa do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária). Não se trata aqui de garantir o direito à terra, mas de, ao levar as características apontadas tanto no Decreto 4887, quanto no Art. 3º da IN do INCRA em consideração, termos como horizonte um fortalecimento da identidade étnica desses grupos, para que se situem com mais eficácia enquanto sujeitos no processo de definição do que é melhor para eles enquanto política pública.

No que se refere, especificamente, à criação do instrumento organizado através do enfoque qualitativo, o que se busca é estabelecer um conhecimento sobre as comunidades onde se realiza uma apreensão da história da ocupação da terra, da organização social, dos aspectos culturais e religiosos, das relações interétnicas com seu histórico e eventuais conflitos, do relacionamento do grupo com a realidade circundante, sua auto definição e da coletividade envolvente.

2º - Questionário qualitativo dirigido a quem faz a relação efetiva e afetiva com o quilombo, quem busca documentação, liderança, porta voz da comunidade, professor (a) da escola, agente de saúde, etc.

Ao se formularem as questões, é importante que o pesquisador já tenha conhecimento advindo da observação e de informações colhidas anteriormente e já na situação de campo, bem como impressões suas. As questões são abertas, e as pessoas devem sentir-se à vontade para falar livremente. Elas devem abranger as seguintes áreas:

1. Histórico da ocupação; 2. Religião, locais sagrados, rituais; 3. Características da linguagem cotidiana local; 4. Relações interétnicas. 5. Existência de conflitos entre a comunidade e a cidade, a comunidade e os outros grupos: “A pesquisa de campo é um aspecto essencial de qualquer abordagem da pesquisa-ação. É necessário conhecer bem os contextos ambientais de toda ação particular. Isso requer uma captação sistemática dos elementos problemáticos, dos atores implicados e dos desafios de transformação de dada situação.”⁶

3º - Questionário dirigido ao grupo familiar, ao chefe do grupo doméstico;

A partir das informações recolhidas nesses dois instrumentos, os entrevistadores vão melhor preparados para conduzir a dinâmica de diálogo com o poder público e a sociedade civil do município. Dessa forma acreditamos provocar/tornar mais transparentes os posicionamentos políticos desses agentes para o planejamento e implementação de políticas públicas para as comunidades quilombolas.

4º - Entrevista qualitativa para identificar as representações que se organizam em torno da comunidade quilombola,

Conhecendo um pouco mais sobre as mentalidades dos diversos atores locais e posições político/ideológicas sobre ações afirmativas de valorização da identidade étnica, captando opiniões influentes no senso comum e na produção de políticas no município. Na linguagem de Michel Foucault, seria a identificação do “regime local de produção da verdade” sobre a comunidade quilombola. Aplicado aos representantes do poder público (prefeituras, órgãos como EMATER – Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural), comerciantes, fazendeiros do entorno das comunidades, representantes de sindicatos rurais, diretores de escola/professores. Tem o papel de termômetro da realidade político-econômica de cada

⁶ DIONNE, Hugues, “*A Pesquisa-ação para o Desenvolvimento Local*”, Brasília, Liber Livro, 2007, p.69.

município, também fornecendo subsídios para a equipe elaborar as estratégias de aproximação, montagem e condução do Encontro Local.

5º - Encontro Local

Reunião comunitária envolvendo os diferentes atores locais em microarenas participativas, visando à validação das informações colhidas pelos instrumentos anteriores e à produção de enunciados coletivos que expressem as demandas das comunidades pesquisadas. Realizada em espaços de referência das comunidades, como escolas, igrejas, etc. A Microarena Participativa foi introduzida durante a pesquisa como recurso para explorar os limites e as potencialidades que se apresentaram a partir da aplicação dos instrumentos anteriores. Seu pressuposto é a ampla mobilização da comunidade que, através de visualização participativa, certifica as demandas identificadas por meio da aplicação dos questionários e entrevistas.

6º - Estímulo às potencialidades e à organização da subjetividade social

Série de encontros na comunidade, para realizar oficinas que reforcem vocações presentes ou recuperem vocações interrompidas, no sentido de fortalecimento da identidade. No decorrer dos encontros, o levantamento participativo dos problemas e das necessidades identificados pela comunidade constitui um dos focos de atenção da metodologia⁷. As reuniões incluem os diversos segmentos da comunidade, reforçando a idéia da “união” para a solução dos problemas e a busca de aproximação com as demais comunidades quilombolas do município. Nesses encontros, organizam-se os preparativos para o sétimo instrumento metodológico.

7º - Encontro Quilombola na Sede Municipal

Neste instrumento, organiza-se a ida das comunidades até à sede do município, preferencialmente em praça pública, onde elas irão dialogar com os vereadores, com o prefeito, com os órgãos de fomento, setores da administração pública local e regional. Nos preparativos, terão sido envolvidas as autoridades municipais, que participam dando apoio ao transporte das pessoas, alimentação, local para descanso, fornecimento de barracas para venda dos produtos dos quilombolas, etc. Ao final do evento, as comunidades apresentam sua identidade cultural, através de danças, música e práticas que elas mantêm de suas tradições.

Esta etapa da metodologia que tem sido utilizada marca um processo de construção de cidadania e do fortalecimento de práticas nas quais os quilombolas vão passando a ter mais autoconfiança, ao se dirigirem ao poder público local. Se, até relativamente poucos anos atrás, eles tinham o hábito de falar com os políticos numa postura de mais humildade, de quem estava a pedir favores, aqui eles passam a se sentir realmente “patrões” dos políticos, que é algo integrante de uma realidade política e social republicana.⁸

Nos projetos em que existe o objetivo de implantação de etapas voltadas para a geração de trabalho e renda, é importante observar que, desde o instrumento número 6, já se colocam as capacitações, nas oficinas voltadas para o fortalecimento de vocações e práticas já integrantes da experiência, presente ou ancestral, nessas comunidades tradicionais. Parte-se, em seguida, para a construção conjunta de redes de apoio e gestões junto ao poder público, quando se faz necessária a sua participação, por exemplo, na construção ou recuperação de espaços para produção, comercialização, ou mesmo meios de escoamento da produção das comunidades.

8º - Construção de redes de apoio

⁷ Ver: COLECTIVO DE AUTORES – Compilador: GARCIA, Arnaldo Perez, - *Participacion Social em Cuba* – La Habana, Centro de Investigaciones Psicológicas y Sociológicas, 2004.

⁸ Ver: THIOLENT, Michel – *Metodologia da Pesquisa-ação* – São Paulo – Cortez, 1985, PP. 90-95.

Este instrumento nos coloca diante da etapa que representa o maior desafio nas metodologias participativas, uma vez que procura o contato efetivo com o mercado, na busca de uma inclusão que significa, em alguns casos, remar contra a corrente do empreendedorismo de características mais individualistas. Neste processo, coloca-se em evidência a politização do sujeito econômico solidário, na construção de uma outra visão, que abre espaço para a economia solidária no contexto das práticas sociais do cotidiano. O objetivo se alarga, passando de uma construção de cidadania e de inclusão produtiva de comunidades para uma visibilidade social ativa, tanto dessas comunidades quanto de outras formas possíveis de organização da economia. Trata-se de uma etapa ainda em construção e experimentação, sujeita, como todas as outras buscas de inovação na área das relações entre cultura e política, a uma disputa hegemônica, onde a lógica do mercado tem sua dominação construída. A proposta envolve a obtenção do efetivo compromisso do poder local e o apoio de setores privados, a partir do conhecimento da realidade das comunidades que ganharam visibilidade ao longo de todo o trabalho desenvolvido. Aqui, se introduz como elemento novo num panorama desfavorável, a dinâmica da consciência do coletivo, da cidadania, da solidariedade embasada no conhecimento de que a vida fica melhor para todos, se todos tiverem cidadania e dignidade.

As novas pesquisas e ações de formação desenvolvidas pelo Nesth, se analisadas a partir das transformações no capitalismo que levaram ao aprofundamento de processos de exclusão, apontam para a preocupação de se produzir um conhecimento estrategicamente comprometido com as classes trabalhadoras. Estratégico, no sentido de se recuperar ou se construir o direito de ser trabalhador, por exemplo. A mudança do foco de atuação do núcleo acrescentou às suas práticas o objetivo de se implantar um processo participativo nas ações que visem fortalecer a autoconstrução do trabalhador enquanto portador de direitos e de acesso a bens sociais e às políticas de inclusão.

Esses avanços de qualidade no que se refere à abrangência dos projetos, associando o mundo do trabalho com a questão ambiental e com a qualidade da vida, abrem ainda novos espaços para o aperfeiçoamento de práticas que consolidam a cultura da democracia.

BIBLIOGRAFIA

ANTUNES, Ricardo (org.) – Riqueza e Miséria do Trabalho no Brasil – São Paulo, Boitempo, 2006.

COLECTIVO DE AUTORES – Compilador: GARCIA, Arnaldo Perez, - Participacion Social em Cuba – La Habana, Centro de Investigaciones Psicológicas y Sociológicas, 2004.

DIONNE, Hugues – A Pesquisa-Ação para o Desenvolvimento Local – Brasília – Liber Livro, 2007.

HERNANDEZ, Ovídio S. D'Angelo – Autonomia Integradora y Transformación Social: el desafio ético emancipatorio de la complejidad – La Habana – Publicaciones Acuario, 2005.

HORTA, Carlos R; COSTA, Cândida; ROLDAN, Martha – Novas Formas de Exploração do Trabalho e Inflexões do Modelo de Desenvolvimento: Precarização do Trabalho e Migração no Século XXI – pp 55 – 82, Revista Políticas Públicas, vol 11, n. 2, São Luís – Universidade Federal do Maranhão, 2007.

RODRIGUEZ, Carmen Lili; CARRAL, Roberto; RODRIGUEZ-MENA, Mario: Apuntes para El estudio de La subjetividad em El Ambito Laboral: Cuadernos Del CIPS/2009 – Experiências de Investigación Social em Cuba, Centro Felix Varela, Publicaciones Acuario, La Habana, 2010.

THIOLLENT, Michel – Metodologia da Pesquisa-ação – São Paulo – Cortez, 1985.